

ACTA Nº 4/97

- - - Aos vinte dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Viana do Castelo e no Auditório do Castelo de Santiago da Barra, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo sob a presidência de Joaquim Viana da Rocha, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Para secretariar a presente reunião, e na ausência dos secretários, o Presidente da Mesa convidou os Membros David Miranda Pereira e António José Lira Ramos Fernandes para exercerem, na presente reunião, as funções de Primeiro e Segundo Secretário, tendo estes acedido ao convite. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Defensor Oliveira Moura. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Manuel da Silva Ribeiro, Flora Passos Silva e José Augusto Meleiro Rodrigues. Pelas vinte e duas horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião com a presença de sessenta e cinco Membros e a falta de dezasseis Membros, conforme documento que se junta sob o **número 1**. -

- - - O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a esta conhecimento de que o Membro eleito pela CDU Armando Alberto Ramos Paz do Vale renunciou ao seu mandato e vai ser substituído pelo membro que se segue na lista, João José da Silva Costa Vieira. De seguida, apresentou os seguintes pedidos de suspensão de mandato:- do Membro eleito pela CDU, Alberto Jaime Marques Midões, por motivos de natureza profissional, pelo período de trinta dias; do Membro eleito pelo P.S.D, António José Proença de Oliveira Amaral, por motivos de natureza profissional, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, Manuel Lucínio Pires de Araújo, por motivos de natureza pessoal, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, João Fernando Rodrigues da Cunha, por motivos de natureza profissional, pelo período de um dia;

do Membro eleito pelo P.S.D, António Meira Teixeira, por motivos de natureza pessoal, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, António Costa e Silva, por motivos de natureza pessoal, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, José Manuel Gonçalves Negrão, por motivos de natureza pessoal, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, Rogério Cesário da Cunha Pereira, por motivos de natureza profissional, pelo período de um dia; do Membro eleito pelo P.S.D, Benjamim dos Santos Carvalho, por motivos de natureza pessoal, pelo período de um dia. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de renuncia e suspensão de mandato. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. O Presidente da Mesa informou a Assembleia Municipal que os referidos Membros iriam ser substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente, Amaro da Silva Vilas Boas, José Miguel do Paço Vieira Pinto, António Miranda Afonso Branco, José Torcato Meira Marques, Adelino Martins Gonçalves da Costa, Maria Alexandrina Cunha Fernandes de Barros. Uma vez que este eleitos se encontravam presentes na sala, à excepção de Adelino Martins Gonçalves da Costa e Maria Alexandrina Cunha Fernandes, e cuja identidade é do conhecimento pessoal do Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções como Membros da Assembleia Municipal. Uma vez que será feito registo magnético da presente sessão, apenas se fará referências às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. -----

- - - Antes de iniciar o período da ordem do dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal procedeu à leitura de diverso expediente que foi remetido a esta Assembleia Municipal, tendo ainda dado conhecimento de uma Moção e de um Voto de Louvor apresentados à Mesa. -----

- - - Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal submeteu à aprovação desta o

texto das actas números 1, 2 e 3 das sessões desta mesma Assembleia, tendo-se registado a intervenção do membro Carlos Resende, que fez um reparo à acta nº 1, na parte antes da ordem do dia, tendo solicitado que na mesma ficasse a constar a sua intervenção “ipscis verbis” onde versou acerca do Complexo Turístico da Marina, e que da acta depois de corrigida fossem enviadas cópias às mesmas entidades para quem foi a inicial enviada, tendo a sua solicitação sido aceite pela Mesa. De seguida e postas à votação da Assembleia, foram aquelas actas aprovadas por unanimidade. - -

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se de seguida às intervenções do período antes da ordem do dia dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as dos Membros:- Rodolfo Augusto Felgueiras Parente, Armando Rodrigo Soares Pereira, Armindo Miguel Pinheiro Moura, Alcino Ferreira Lemos, Presidente da Junta de Freguesia de Barroselas, David Miranda Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Neiva (**Doc. nº 2**), Manuel Domingues Afonso de Miranda, Manuel Luís Antunes Belo da Silva, que seguidamente se transcreve na integra a pedido da CDU, “Senhor Presidente, senhores membros desta Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. Apesar da agitação político-partidária dos últimos tempos, talvez a mais maquiavélica intentona milimetricamente orquestrada contra o executivo municipal e pese embora o desperdício de energia a que os visados foram ilegitimamente sujeitos, registo com agrado que apesar dessas diatribes, esta Câmara não deixou de funcionar e no vasto leque de iniciativas levadas a cabo, quero com a minha intervenção realçar aquelas que, no meu entender, não podem, nem mereciam ser ofuscadas por politiquices do mais provincianismo. Refiro-me concretamente à campanha de prevenção de toxicodependência realizada há dias nesta cidade, que registou a participação de

cerca de vinte instituições, envolvendo mais de setecentos jovens do concelho. Esta maciça participação representa o grito de desespero das camadas jovens contra o flagelo que os atormenta em cada esquina e até na nossa cidade e o seu exemplo, um hino de esperança nas mais diversas instituições desta terra e deste País. Esta Câmara soube ir ao encontro dos anseios desses jovens, por isso merece o nosso aplauso. Gostaria ainda de mencionar a reunião da Comissão Promotora da REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS, realizada hoje cá na nossa cidade, facto que testemunha o protagonismo que este Município já manifesta depois da adesão a este projecto. Este evento é com toda a certeza o reconhecimento do esforço desenvolvido com o pacote de iniciativas levadas a efeito no projecto "VIANA DO CASTELO - CIDADE SAUDÁVEL" e parece-me legítimo este reconhecimento, uma vez que o empenhamento desta Câmara, neste âmbito, já começa a dar frutos. A subscrevê-lo está a Comissão Nacional da Bandeira Azul da Europa ao incluir mais uma praia do nosso concelho nas zonas balneares com qualidade ambiental. Viana do Castelo passa assim a ter cinco praias com bandeira azul, provavelmente o concelho do País que, proporcionalmente à extensão da sua costa, mais praias de qualidade possui. Este facto assume ainda mais relevo, tendo em conta o rigoroso cumprimento das normas internacionais exigíveis pela Comissão Nacional da Bandeira Azul para o ano em curso, que não se inibiu de despromover quinze praias em toda a costa Portuguesa. Senhor Presidente, senhores Deputados. Todas estas pequenas grandes coisas vão fluindo com descrição ratificadas pelas mais diversas instâncias nacionais e internacionais, reflexo natural do apurado empenhamento do actual executivo municipal, mas enquanto isso vai acontecendo, assistimos a despudoradas acusações de inércia, de arrogância, de cinismo, de grosseria, de falta de inteligência, de nada ter acontecido nesta terra durante a vigência do executivo liderado por Defensor Moura. Meus caros senhores e elementos da CDU e meu caro amigo Alberto Midões,

tenho pena da tua ausência. Estou com muito esforço e muito desencanto a tentar plagiar epítetos proferidos na deselegante e berborreica intervenção aquando da apresentação da sua candidatura. Antes de mais, queria dizer ao meu amigo Alberto Midões para não se esfalfar em arranjar cognomes para o Presidente da Câmara, pois, para nós, para a maioria dos vianenses o seu nome próprio chega-nos, nome, aliás, que ele sempre soube honrar nas inúmeras intervenções na comunidade ao longo da sua vida e que perfila agora como Presidente da Câmara. A ele, Presidente da Câmara, eu sempre o conheci igual a si próprio, a outros, infelizmente, creio já não os conhecer. Com toda a sinceridade, fiquei estupefacto com muito do que ouvi ao meu caro amigo Dr. Alberto Midões, pouparia concerteza muita retórica se tivesse resumido o seu discurso a uma só frase, do género "O actual executivo municipal nada fez de relevante durante o seu mandato, com a nossa participação". Se o tivesse dito deste modo, nós acreditávamos, tínhamos razões de sobra para tal , porque, de facto, os eventos de relevo são muitos, nunca tiveram o vosso apoio, pelo contrário tentaram, por todos os meios, a sua inviabilização, mas, meus caros senhores, eles estão aí e definitivamente concretizados. É o aterro sanitário, são os viadutos, são os bairros sociais, eu nunca anteriormente constatava apoio às freguesias é o apoio à educação, ao desporto, etc. etc. etc. Meus caros senhores, permito-me aconselhar-lhe a incluir no seu programa mais algumas alíneas, por exemplo, já agora, o desaterro do aterro sanitário, o aterro dos viadutos, o desaterro do monte de Santa Luzia com construção de uma pista com quatro faixas e assim aterrava-se o edifício do Hospital e, já agora, o antigo edifício do Banco de Portugal, hoje Museu do Traje, transformá-lo num sumptuoso centro comercial. Ironias à parte, quero dizer-lhe, com toda a franqueza, que até compreendi a conturbação do seu discurso. De facto, o momento político da apresentação da sua candidatura não lhe deixava grande margem de eloquência, por um lado começava a desmontar-se a cabala contra a honra e dignidade do

Presidente e do Vereador acusados no processo do Complexo desportivo da Meadela, em que o seu partido estava oportunisticamente envolvido até às orelhas, só que já era tarde para abandonar o comboio da difamação, por outro, suponho que a proximidade do fantasma da tão odiada e afinal de contas tão amada fonte não lhe deixava tranquilidade e discernimento para outro tipo de argumentações. Senhor Presidente, senhores deputados. Independentemente das formações políticas em que estamos, por opção inseridos, a nossa conduta política não poderá, de forma alguma, adulterar princípios básicos que transformem em ética em madrasta do oportunismo circunstâncias. Assim não, meus senhores. Os vianenses que todos nós aqui representamos, merecem muito mais. Obrigado.”, Rogério Ramiro da Silva Barreto, Domingos Migueis Gonçalves Cachadinha, António Ribeiro de Oliveira Amaral, José Augusto Neiva de Sá, José Carlos Coelho Resende da Silva, Branca Maria da Cruz Carvalho. - - - - -

- - - De seguida e por solicitação de diversos membros da Assembleia Municipal vai-se passar a transcrever na presente acta, algumas das intervenções feitas, e diálogos que se estabeleceram:- - - -
- -

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Presidente da Câmara faça favor de responder, se pretender, às questões que foram levantadas pelos membros desta Assembleia. - - - - -
- -

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Muito boa noite. Eu começaria por responder ao senhor Armindo Moura, não conheço o caso pessoal que pôs aqui, nem sequer disse o número do processo, mesmo que eu tivesse aqui computador para consultar, não lhe sabia dizer nada, mas posso-lhe dizer que as competências são do IPPAR e a postura da Câmara no relacionamento com o IPPAR é defender os interesses do Município e, sempre que os dos munícipes estejam em coincidência com os do Município, defendemos também os interesses dos Munícipes. Insinuou que

há tratamentos diferentes entre Municípes que se mexem de uma maneira ou de outra, eu não ouvi...mas eu não ouvi. Se tivesse afirmado e nomeado os tratamentos diferentes, eu ouvia. Insinuações, eu não ouço. - - - - -

- - **-PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Armindo, por favor, não entrem em diálogo. No fim se tiver que intervir, pede a palavra. - - - - -
- - - - -

- - **-PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Ao Sr. Alcino Lemos queria dizer que o actual executivo concessionou o Complexo da Marina à "Feitoria", em meados de noventa e quatro, de acordo com um concurso que tinha sido feito no executivo anterior, com normas regulamentadas pelo executivo anterior e não teve alternativa sob pena de ter de indemnizar o candidato. Posteriormente, aprovamos a transferência de concessão para os "Amigos do Mar", como já foi aqui dito, esperemos que eles tenham sorte e que a subconcessão que foi autorizada para uma empresa que vai instalar um restaurante e um café, tenham também a sorte e o apoio dos vianenses. Quanto aos problemas que pôs em relação à poças de terra, que quer as rosas, quer um jardim em frente ao Náutico e sobre o parque de TIR, que nós também já verificamos junto ao Hotel do Parque e sobre o passeio ao largo do "Viana Mar", tomei a devida nota, algumas iniciativas já estão a ser tomadas, quer pela Câmara, quer pela Junta Autónoma das Estradas, isto vai ser resolvido. Quanto ao senhor Presidente da Junta de Barroselas, eu apetece-me abster de responder à série de questões que pôs, não posso, no entanto deixar de dizer que tudo o que referiu que não foi feito, não deixou de ser feito neste quatro anos, também não foi feito nos vinte anos anteriores. É preciso que se frise, não foi feito nos vinte anos anteriores e, neste quatro anos não foi feito tudo, mas está a ser feita a piscina, foram feitos os arranjos exteriores do Centro de Saúde, ficou com uma bela Junta de Freguesia, foi arranjada a Rua da Batoca, foram arrançados outros arruamentos, vai, concerteza, ser

feito mais, estão, não há dúvida que em Barroelas é preciso fazer muito, mas eu recorde-lhe, porque já lhe mostrei esses números mais do que uma vez, que, nos três primeiros anos do mandato do actual Executivo, foi investido e transferido muito mais dinheiro para a Junta de Barroelas do que foi nos três primeiros anos do mandato anterior, mesmo com o desconto ou correcção da inflação, este Executivo transferiu muito mais dinheiro para a Junta de Barroelas do que o anterior.

Sobre o Sr. David Pereira, eu, acerca das acessibilidades, dizia-lhe a mesma coisa, o actual Governo, se calhar não fez tudo, mas o que fez não tinha sido feito pelo Executivo anterior e o que falta fazer, também os executivos anteriores, também não o fizeram. Gostaria que houvesse alguma isenção nestas intervenções e quando se diz que ainda falta o resto da IC1 e que falta o IP9 e que falta isto... era bom que também se dissesse, pelo menos o IP1 já está feito daqui ao Neiva e de Vila do Conde ao Porto e quando o actual Governo tomou posse ainda não havia isso feito, mas não me compete aqui defender o Governo, naturalmente. Estou a defender a Câmara porque fez essas diligências para que isso fosse andando rapidamente. Quanto ao senhor Presidente da Junta de S. Romão, tenho a informá-lo que, de facto, tem razão na sinalização da Zona Industrial, as placas estão a ser feitas, mas ainda não foram entregues. Quanto ao Aterro Sanitário...(*mudança de cassete*)... saí de casa, eu não estou a ver, depois de o senhor sair de casa, já foi ligada a iluminação da rotunda da Zona Industrial, foi ligada às dez horas. O senhor disse que ainda não estava ligada quando veio, só foi ligada quando anoiteceu. Sobre as outras intervenções, creio que tiveram mais carácter partidário e não me vou pronunciar sobre elas como Presidente da Câmara, posso, no entanto informar a senhora D. Branca que não saiu o totoloto à Câmara Municipal, saiu aos vianenses quando mudou o Governo começou a haver dinheiro para Viana do Castelo e, por isso, quando nós dizemos que o ano passado tivemos investimentos no montante de cinco virgula oito oitocentos e cinquenta milhões de contos, no concelho de Viana do Castelo, por parte da Câmara,

estamos a dar números concretos pagos e são valores que nunca foram atingidos em qualquer outro mandato, posso dizer que é trinta e três por cento mais elevado...trinta e três por cento mais elevado que o valor de mil novecentos e noventa e quatro e noventa e três que era o valor mais alto do executivo anterior. Pensamos que este ano, tal como o meu colega Midões disse aqui há tempos numa intervenção aqui que com cinco virgula oito milhões agora, talvez em noventa e sete tenhamos seis milhões. Oxalá! Será bom para Viana do Castelo, com totoloto ou com Governo, o que interessa é que haja dinheiro para fazer as obras e parece-me que, de facto, a própria D. Branca Carvalho reconhece que têm sido feitas muitas obras, porque acha que há mais dinheiro. Muito obrigada pelo seu apoio. - - - - -

- - - Findas as intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, submeteu à votação da Assembleia Municipal a admissão dos referidos Voto de Louvor e Moção para discussão e consequente votação, tendo sido aprovados, por unanimidade a sua admissão. - - - - -

- - - - Posto a discussão o **Voto de Louvor (Doc. nº 3)**, apresentada pela bancada do PSD, que seguidamente se transcreve:- **“VOTO DE LOUVOR** - Como é do conhecimento público, D. Armindo Lopes Coelho vai cessar funções como Bispo de Viana do Castelo, sendo transferido para a Diocese do Porto, o que muito o honra. Durante os anos em que exerceu funções em Viana, D. Armindo pautou sempre a sua actuação por uma enorme preocupação com os problemas espirituais e materiais dos alto-minhotos, por uma extrema solidariedade e generosidade cristãs, dando sempre o seu contributo para a dinamização social, cultural e espiritual do Distrito. Em virtude destas qualidades e atributos que se lhe reconhecem, a Assembleia Municipal de Viana do Castelo delibera aprovar a D. Armindo Lopes Coelho um voto de louvor pela forma empenhada e abnegada com que serviu esta comunidade durante largos anos.”, e não tendo havido qualquer intervenção foi o mesmo posto a votação tendo sido aprovado por maioria, com 5 abstenções. - - - - -

- - - - - Seguidamente, passou-se à discussão da Moção (**Doc. nº 4**), que seguidamente se transcreve:-

MOÇÃO

Tendo em consideração que:

- 1. Ao longo dos últimos três anos e meio o Eng. Manuel Carlos Marinho, como Chefe da Divisão de Vias e Transportes, desempenhou as suas funções com grande dedicação e competência.*
- 2. A qualidade do seu desempenho tem merecido o reconhecimento generalizado, quer das Juntas de Freguesia, quer da população e mesmo do Presidente da Câmara que o reconduziu, em Dezembro de 1996, na chefia da divisão e, mais tarde, em Abril de 1997, o apelidou de insuspeito no preâmbulo do Relatório de Actividades de 1996.*
- 3. A sua prestação muito tem contribuído para a resolução dos problemas e o bom andamento das obras nas freguesias.*
- 4. O seu afastamento do serviço constitui um prejuízo para as freguesias e, conseqüentemente, para o Concelho.*

OS SIGNATÁRIOS, PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA DESTE CONCELHO, PROPÔEM:

- A) Que a Assembleia Municipal de Viana do Castelo reprove a decisão tomada pelo Presidente da Câmara, ratificada por deliberação tomada pelo Executivo na reunião de 3 de Junho de 1997 e que determinou a suspensão do Eng. Marinho, por ser injusta, lesiva do interesse municipal e infundada dado que aquele técnico actuou ao serviço desta Assembleia depois de devidamente autorizado pelo mesmo Presidente da Câmara.*
- B) Que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal a anulação daquela decisão e a imediata reintegração do Eng. Marinho.*

Viana do Castelo, 20 de Junho de 1997

(a) Seguem-se 16 assinaturas de Presidentes de Juntas de Freguesia.”.

tendo-se registado as seguintes intervenções:-

CARLOS RESENDE:- Questionou acerca da oportunidade de discussão e proposta acerca do adiamento desta ao ponto da Ordem de Trabalhos nº 4.

ARMINDO MOURA:-É estranho como uma moção que corresponde áquilo que é crucial em termos políticos nesta matéria abespinha tanto os representantes do partido socialista e os põe, praticamente contra o princípio democrático de decisão maioritária da Assembleia, quanto ao modo de funcionamento e quanto à prioridade à sequência dos trabalhos que temos aqui a realizar. Primeira questão, o brilhantismo põe-se na cabeça, de vez em quando, no cabelo, outras vezes no bigode ou na barba, porque a inteligência não precisa de ser brilhante, pode ser pouco brilhante e pôr a nu aquilo que alguns pretendem encobrir. Por exemplo, eu estava ali no meu lugar e vi o senhor Presidente da Câmara muito agitado, talvez por considerar que eu falando no tom como falei quer quanto à insinuação, quer quanto à intervenção do Resende, estava a ser deselegante, se calhar, não tinha, provavelmente, as condições protocolares para estar aqui nesta Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA:- Aparte... "Nunca esperei mais de si"...

ARMINDO MOURA:- Senhor Presidente, eu protesto neste momento, pelo abuso que o senhor Presidente da Câmara, neste momento, praticou em face ao Regimento desta Assembleia e fê-lo directamente para mim. Mas eu vou continuar sem perder as estribeiras, porque o importante aqui é, de facto, falarmos da moção. Não precisamos fazer qualquer averiguação mais profunda quanto ao que motivou a suspensão do Engº Marinho. Eu iria mais longe, felizmente para os Engºs Ranha e Bezerra, o senhor Presidente da Câmara não tem poderes arbitrários para os suspender seja do que for e, no entanto, arrogou-se com a competência de fazer queixas às Ordens dos Engenheiros e aos

Sindicatos dos Engenheiros, relativamente a esses técnicos de uma Comissão de Peritagem. O que está aqui em causa é efectivamente a prepotência o arbítrio do senhor Presidente da Câmara que o leva a suspender um técnico da Câmara a quem autorizou fazer parte de uma Comissão de Peritagem, Comissão de Peritagem essa, que por ter apresentado um Relatório Preliminar que, no essencial, contém dados que nós vamos ver a seguir, são importantes para compreender o problema do Complexo Desportivo da Meadela, independentemente do Relatório Preliminar, a Comissão Técnica, desde o início, foi desacreditada e foi tratada sem o mínimo de dignidade democrática por parte do senhor Presidente, como eu assisti na sessão pública da Câmara Municipal e eu a si, não o aceitaria nunca. Portanto, para nós, o importante é reparar uma situação que tem claros contornos de arbítrio e prepotência sobre um técnico da Câmara Municipal. Não vamos, claro, votar a parte que os senhores Presidentes de Junta consideram ser elogio, reconhecimento das competências, mas também não vamos estar a alterar a moção. Fica já antecipadamente a declaração de voto do grupo da CDU. - - - -

- - **-PRESIDENTE DA MESA:-** Solicitou ao membro Domingos Cachadinha se pretendia usar da palavra, tendo este abdicado dessa pretensão. Seguidamente questionou o membro Carlos Resende, relativamente à sua pretensão em intervir. Tendo este apresentado um protesto em relação à intervenção havia pelo membro Armindo Moura. - - - - -

- - **-CARLOS RESENDE:-** “Todos nós percebemos, desde o início deste processo, que o comportamento da CDU, foi um comportamento com um «pé lá e um pé cá», neste momento julgo que é incrível o comportamento da CDU, não conseguimos entender como é que defendem que se vai discutir uma moção de apoio a um técnico, impedindo a discussão que é que esteve na base disto tudo, se não têm medo da discussão, porque é que não se discute no respectivo ponto da

Ordem de Trabalhos? Qual é o vosso medo? Eu sei que a CDU está um bocado comprometida, porque foi a CDU que apresentou esta proposta para que o técnico fizesse parte do Grupo de Peritagem. Quanto à minha proposta é muito simplesmente isto:- O PS propõe que este assunto seja discutido globalmente no ponto da Ordem de Trabalhos". -----

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Isto já foi votado... não vale a pena Sr. Resende e não ponho novamente à votação. A votação foi feita há pouco, quando no início desta moção. -----

-
- - - **-CARLOS RESENDE:-** (Prosseguindo). O PS, face à forma como esta discussão foi feita, tendo havido só duas intervenções, não tendo aqui nenhum proponente que tivesse vindo aqui defender a sua proposta, sendo evidente pela minha intervenção e pela intervenção do senhor Armindo Moura que a discussão disto está ligada ao problema do Complexo Desportivo e é em função destas intervenções, isto é muito claro, propõe à Assembleia, requerendo, votação neste sentido, que esta matéria seja discutida naquele ponto e é lógico que numa Assembleia democrática, em função de uma discussão que se apresentem propostas, não vi aqui nenhum desses Presidentes de Junta que defendem a proposta, que a subscreveu, a defender as razões porque tem de ser discutido aqui e agora, sem podermos analisar o problema do Complexo Desportivo. - - - -

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Eu já entendi perfeitamente o seu requerimento e a Assembleia também. Dá-me licença em pôr à votação o seu requerimento? É que efectivamente, eu queria esclarecer o senhor Resende de que antes de iniciarmos esta moção foi efectivamente posto à consideração da Assembleia se achavam por bem votar esta moção no Período Antes da Ordem do Dia ou no ponto número quatro, é pena que eu não tenha aqui a possibilidade de lhe repetir

novamente a gravação, foi efectivamente, isso posto à consideração da Assembleia e foi decidido pela Assembleia e ninguém se opôs, a que efectivamente a moção fosse votada agora e não vou fazer outra votação... (interrupção auditiva) Senhor Resende o senhor tem montes ... o Senhor desculpe que diga, estão aqui os outros elementos todos da Assembleia Municipal, há regras, foi feita a votação e o senhor não está a ter razão nenhuma. Foi feita a votação. Desculpe que lhe diga, senhor Resende, não foi de outra forma, foi feita a votação e, por conseguinte, vamos pôr agora à votação a moção que está aqui.- - - -

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Senhor Presidente posso pôr...posso defender a minha honra?

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-**(...) O senhor... .

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Posso defender a minha honra?....

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** O senhor Presidente não usa da palavra agora, estamos em votação... .

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Tenho o direito de defender a minha honra.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Só depois da votação, Sr. Presidente.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Tenho de defender a minha honra.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Presidente... eu já disse que vamos passar à votação e depois defende a sua honra. No fim.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Defendo a minha honra antes.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Vamos passar à votação da moção, por conseguinte,(...).

- - - **SOARES PEREIRA:-**...(Imperceptível)... O senhor Presidente da Câmara queira defender a sua honra que foi ofendida e o senhor Presidente não consinta, a ser assim esta bancada, não pode continuar nesta Assembleia.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Presidente da Câmara,...

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-**E sem Presidente da Câmara

- - - **VEREADORA FLORA SILVA:-** Fica também sem Câmara.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Fica também sem Câmara.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Presidente da Câmara, o senhor então... se acha que foi ofendido, faz favor de usar da palavra.

- - - **Comentários... apartes... palmas...**

- - - **VEREADORA FLORA SILVA:-**(...). É uma palhaçada... isto é uma palhaçada...vergonha...

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Senhor Presidente, faz favor de usar da palavra.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-**O que está em causa aqui, se bem percebi na moção que foi lida, o que está em causa aqui, é o facto de um técnico da Câmara ter sido suspenso, preventivamente, enquanto decorre um processo disciplinar, para esclarecimento da sua actuação. Eu queria informar que apesar de ter aqui sido acusado de autoritário e prepotente, eu apenas propus isto e foi a maioria da Câmara que votou a suspensão preventiva do técnico e devo dizer que, pelo menos três partidos não se opuseram a isso, porque houve cinco votos a favor e duas abstenções, pelo menos, três dos quatro partidos que estão na Câmara não se opuseram à suspensão preventiva. Foi votação secreta, não posso dizer quais foram. Por outro lado é verdade que eu autorizei a participação do técnico no Grupo de Peritagem e devo dizê-lo que o fiz para não ser acusado de estar a obstruir a acção da Comissão que estava nomeada para investigar a problemática da execução física e financeira do Complexo Desportivo Regional, mas autorizei-o a participar como técnico e a exercer as suas competências com técnico, não o autorizei nem autorizo, mesmo que esteja a fazer actividades individuais, não o autorizo nem autorizo, mesmo que esteja a fazer actividades individuais, não o autorizo, não o autorizei a prestar declarações falsas e foi ao prestar

declarações falsas, mesmo numa actividade autorizada por mim e feita a título individual que ele não cumpriu os requisitos de idoneidade que deve ter um funcionário público, muito mais um Dirigente Superior da Função Pública e foi por isso, por ter arrogantemente ... prestou declarações falsas que qualquer pessoa pode ver e que ele próprio assumiu, depois de ter sido posta em causa a idoneidade das empresas, dos técnicos da Câmara, do Presidente da Câmara e do Vereador, esse técnico, conjuntamente com os outros dois, e recordo aqui que estes três técnicos foram nomeados por proposta da CDU na Comissão, recordo aqui isso, os três técnicos reconheceram que erraram, mas chamaram-lhe apenas lapsos, lapsos que qualquer miúdo de dois anos não cometeria, eu pergunto: se declarar falsamente que não se viram coisas que qualquer miúdo de dois anos veria, se é próprio da idoneidade de um funcionário público, Dirigente Superior da Câmara Municipal? Foi por isso, que foi suspenso, é isso que têm de avaliar. Ninguém pode dizer que alguma vez eu persegui o Engenheiro em causa, todos conheciam os artigos que ele escrevia nos jornais locais de Viana do Castelo a propósito da Câmara de Cerveira, onde era Vereador, mas só muito no meio dos artigos é que se percebia que as críticas à Câmara Socialista se referiam à Câmara de Cerveira, nunca lhe fiz nada por isso...nunca lhe fiz nada por isso, embora fosse interpretado. Podia ter tido a tal perseguição e não tive, renomeei-o como Chefe de Divisão renomeei-o ...Sr Armindo Moura...senhor professor Armindo Moura...senhor professor Armindo Moura, não disse que esperava mais do que aquilo de si, não esperava mais da CDU do que a defesa até ao fundo disso...não foi nada...ouvimos a gravação depois para ver...mas eu queria que reflectisse no fim da sua intervenção... eu, se calhar até lhe pedia desculpa, se a sua intervenção não tivesse recebido os «*muito bom...muito bem*» de quem você critica há vinte anos, você critica há vinte anos aquela bancada e quando você acabou a intervenção, foram eles que disseram muito bem. eu já acabei a minha intervenção, já dei as razões que levaram a maioria da Câmara a suspender este técnico. Faz

favor de fazer a votação, se entender assim.

- - **-PRESIDENTE DA MESA:-** Pronto. Vamos passar então à votação, se não se importam. Queria agradecer ao senhor Presidente os esclarecimentos que deu, aliás foram muito bem dados e só lamento que, às vezes, a bancada socialista, também não tenha o mesmo poder de esclarecer sucintamente e com clareza como fez o senhor Presidente. Muito obrigado.”.

- - - Por último, foi posta à votação a referida Moção tendo sido aprovada por maioria, com 39 votos a favor, 15 votos contra e 3 abstenções. -----

- - - Pelo membro Ramiro Rego foi feita a seguinte declaração de voto:- Absteve-me pelo facto de considerar que esta votação não é válida pois deveria ter sido por escrutínio secreto nos termos do Regimento, pois está em causa o julgamento de pessoas. -----

-

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constante do documento que se junta sob o nº 5.-----

- PONTO 1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (documento nº 6)

- - - Tendo sido distribuída pelos Membros da Assembleia Municipal a informação escrita do Presidente da Câmara, não foi registada qualquer intervenção acerca do mencionado documento. - -

-

PONTO 2 - PERMUTA DE IMÓVEIS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR (doc. nº 7)

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal formulada por deliberação que, acerca do assunto indicado em epígrafe, tomou em sua

reunião de 22 de Abril findo, tendo-se registado a intervenção do Membro Valdemar dos Santos Portela Coelho. Concluídas estas intervenções, o Presidente da Mesa submeteu a referida proposta da Câmara Municipal à votação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. -

PONTO 3 - VENDA DE PARCELAS DE TERRENO EM HASTA PÚBLICA (doc. nº 8)

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal formulada por deliberação que, acerca do assunto indicado em epígrafe, tomou em sua reunião de 3 de Junho corrente, tendo-se registado as intervenções dos Membros:- José Augusto Neiva de Sá, Presidente da Junta de Freguesia de Monserrate, Presidente da Junta de Freguesia de Neiva, Presidente da Junta de Freguesia de Cardielos, Valdemar Coelho. Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos acerca deste assunto. De seguida pelo PSD foi proposto que a votação deste ponto se fizesse separadamente, procedendo-se a votação individual conforme as parcelas de terreno, o que foi aprovado por unanimidade. Concluídas estas intervenções, o Presidente da Mesa submeteu a referida proposta da Câmara Municipal à votação da Assembleia Municipal, tendo sido obtidos os seguintes resultados:- **A) PARCELA DE TERRENO DA ANTIGA ESCOLA DR. PEDRO BARBOSA:-** Aprovada por unanimidade; **B) PARCELA DE TERRENO JUNTO À ESCOLA TÉCNICA:-** Aprovada, por unanimidade. **C) PARCELA DE TERRENO DO LAVADOURO PÚBLICO:-** Aprovada por maioria com 2 abstenções. **E) PRÉDIO SITUADO NO LARGO INFANTE D. HENRIQUE - (ANTIGO ARMAZÉM DA QUIMIGAL, S.A.):-** Aprovada, por maioria com 14 votos contra e uma abstenção. Foi feita uma declaração de voto. -----

**PONTO 4 - INFORMAÇÃO E DISCUSSÃO DA MATÉRIA RELATIVA À COMISSÃO
CONSTITUÍDA PARA ESTUDAR A PROBLEMÁTICA DA EXECUÇÃO
FÍSICA E FINANCEIRA DO COMPLEXO DESPORTIVO REGIONAL**

- - - O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal o assunto indicado em título tendo-se registado as seguintes intervenções:- Rodolfo Augusto Felgueiras Parente, José da Cruz Lopes (**Doc. nº. 9**), José Carlos Araújo Monteiro Biscaia, Armando Rodrigo Soares Pereira, José Augusto Neiva de Sá, Ramiro Lima do Rego, João José da Silva Costa Vieira, que seguidamente se passa a reproduzir na íntegra, por pedido do mesmo:- “Quando na sessão realizada em 20/12/96, esta Assembleia Municipal aprovou, apenas com um voto contra, a constituição de uma Comissão de Inquérito tendo em vista o estudo da realidade física e financeira do Complexo Desportivo e Regional da Meadela, pensamos que tínhamos finalmente entrado numa nova fase em que o primado de uma cultura de transparência da gestão dos negócios públicos municipais iria finalmente imperar, sem rodeios nem reservas mentais. Todavia, face ao rumo dos acontecimentos e, sobretudo, à forma como o assunto tem vindo a ser conduzido pela Câmara e, deve dizer-se, nomeadamente pelo Senhor Presidente, a CDU deve retirar a conclusão de que as expectativas saíram goradas. Importa, pois, historiar os factos e fornecer à Assembleia e, acima de tudo à população a nossa perspectiva dos factos e os princípios que tem norteado a posição da CDU quanto a esta matéria. Não foi da CDU que partiu a iniciativa da propositura de uma Comissão de Inquérito para averiguação de eventuais irregularidades praticadas no que concerne a pagamentos indevidos, por obra não executada, referentes ao Complexo Desportivo da Meadela. Todavia assumimos por inteiro a nossa total disponibilidade para colaborar no estrito apuramento da verdade dos factos. Assim e porque na proposta aprovada em 20/12/96 se pedia a máxima celeridade na apresentação de conclusões, facto que deveria ocorrer na próxima sessão deste órgão,

a CDU, na primeira reunião da Comissão, realizada em 09/01/97, apresentou uma proposta que foi aprovada por maioria, contendo a indicação dos nomes dos técnicos que viriam a constituir o Grupo de Peritagem. E aqui começa por parte do Senhor Presidente da Câmara e do Partido Socialista uma autêntica guerrilha de desgaste da imagem dos técnicos designados pela Comissão, procurando desde logo conotá-los politicamente com o fim de desprestigiar o seu trabalho e desacreditar irresponsavelmente a sua imagem pública. Aos peritos, reiteramos a nossa total confiança. Sem deixar de reconhecer a todo o indivíduo o seu direito de cidadania e de defesa legítima e democrática das suas convicções pessoais, pressupostos que não podem servir de pretexto a formas mais ou menos veladas de marginalização, a proposta da CDU não dependeu de qualquer outra razão que não fosse a impoluta competência técnica, humana e profissional dos técnicos que indicou e que apenas no plano estritamente técnico se dispuseram a assumir a responsabilidade da peritagem no âmbito dos elementos que lhes foram fornecidos para o efeito. A verdade, é que o resultado da peritagem traduzido no Relatório Preliminar, materializa a discrepância entre a obra executada e a facturação e pagamentos efectuados pela Câmara Municipal, em cerca de 48.700.000\$00. E ao contrário do que afirma o senhor Presidente da Câmara quando mistifica a questão, dizendo que os peritos reconheceram graves erros na elaboração do Relatório a verdade é que efectivamente os peritos assumiram, isso sim, alguns erros de pormenor por si rectificadas, na ordem dos 3.000.000\$00 - valor irrelevante no cômputo geral, e que decorreram da falta de informação de todos os elementos necessários a uma avaliação objectiva, plena e definitiva e não podem, evidentemente anular ou diminuir as conclusões fundamentais da sua peritagem, correspondentes a milhares de contos de obra paga sem ter sido executada. E aqui cabe perguntar qual o destino de documentos importantes que foram solicitados oficialmente pela Comissão e nunca chegaram ao destino. E se chegassem? Que repercussões

teriam numa análise mais global da questão em apreço? A que números finais se chegaria? Foi aberto algum inquérito interno para apuramento de responsabilidades dos serviços ou de funcionários camarários envolvidos no que concerne ao desaparecimento de importantes documentos municipais? A CDU estranha esta dualidade de critérios, quando confrontada com a rapidez com que foram posteriormente tomadas medidas de suspensão contra dois funcionários camarários. A CDU não pode deixar também de criticar a forma como o senhor Presidente da Câmara tem tratado esta Assembleia Municipal e a Comissão de Inquérito que este órgão legitimamente sufragou. O Senhor Presidente, esquecendo por certo as competências de fiscalização dos actos da Câmara que por lei são cometidos à Assembleia Municipal, sempre tratou a Comissão e desculpe que frontalmente lho diga, com arrogância e displicência, questionando as suas funções, como o fez através do ofício nº 249/GAP/97, de 2 de Junho, em que, numa evidente tentativa de ingerência, se permite mostrar-se surpreendido com a continuação do funcionamento da Comissão, matéria que só a esta diz respeito. A CDU, não pode ainda deixar de manifestar o seu mais vivo repúdio pela forma parcial como o Senhor Presidente conduziu a sessão de Câmara realizada em 20/05/97, como se fosse parte interessada, durante a qual humilhou e permitiu que fossem humilhados os técnicos que fizeram a peritagem, numa antevisão do cenário que viria a desenhar-se posteriormente e que culminou com a impensável e persecutória suspensão, do Eng. Manuel Marinho -, das suas funções na Câmara Municipal, e a quem em nome da CDU apresento pública solidariedade. Na verdade, tendo o Senhor Presidente autorizado que o Eng. Marinho participasse a título pessoal, na Comissão de Peritagem, aquele técnico ficou a partir daquele momento sob a estrita dependência da Assembleia Municipal, entidade que lhe encomendou a prestação do serviço. Como é possível suspender uma pessoa nestas condições? Por ter revelado uma coragem e independência dignas de registo? Por ter, numa atitude que se louva, prescindido

dos honorários a que tinha direito? Ou, apenas, porque a sua actuação não agradou ao Senhor Presidente da Câmara e a certos funcionários superiores do Município, que, releve-se a analogia com as figuras penais, converteram assim a suspensão numa autêntica prisão preventiva. É oportuno, talvez, deixar duas questões pertinentes: se o Eng. Marinho vencer, como acreditamos que vai acontecer, a acção judicial que demandou contra a Câmara, quem vai pagar os custos das indemnizações que por certo lhe vão ser arbitradas? E aos técnicos municipais que elaboraram o parecer que ajudou à tomada de decisão da suspensão, o que vai acontecer? Ficam impunes? Deixamos as perguntas no ar, para reflexão. Os últimos acontecimentos não podem deixar de nos preocupar. Acusada de falsificação de facturas, com base em averiguações particulares determinadas pelo Senhor Presidente, foi suspensa a Chefe da Repartição de Finanças da Câmara. Sem queremos deixar de considerar eticamente incorrecta a sua conduta, não será todavia excessiva e despropositada a acusação, quando uma falsificação de facturas se materializa apenas com a viciação dos seus números e da sua quantificação o que manifestamente não aconteceu? Também neste, como noutros casos, a CDU exige um apuramento exaustivo da verdade dos factos. E já que tanto se tem falado de isenção para justificar outras tomadas de posição, e sem colocar em causa a legalidade da sua nomeação, gostaria de sublinhar a nossa perplexidade pela nomeação de uma funcionária do Hospital Distrital de Viana do Castelo, onde aliás, o senhor Presidente prestou serviços, proficuos, diga-se, durante largos anos, para instrutora do processo de inquérito da Chefe de Repartição de Finanças da Câmara. Apesar da estranheza que esta nomeação nos suscita, queremos, contudo, acreditar que a inquirição se vai processar com lisura e isenção. No entanto, será de perguntar se a Câmara Municipal não terá técnicos à altura para conduzir o inquérito, ou se o Sr. Presidente não deposita confiança nos funcionários municipais. Estas suspensões, já apelidadas em certos meios de “terrorismo funcional” mais não visam que instalar um clima

intimidatório junto da generalidade dos funcionários camarários que, enquanto tal e como cidadãos tem o inalienável direito e o dever de participar na vida da Câmara e do Município, independentemente do partido que em dado momento temporal ocupe a cadeira do poder. Por outro lado a penalização imposta àquela funcionária tão abundantemente divulgada através dos meios da Comunicação Social, não pode servir de “cortina de fumo” para tapar a questão nuclear em apreço, ou seja, o eventual pagamento de milhares de contos por obras não realizadas. Embora este seja um caso isolado, não pode a CDU e a população em geral permitir que se julgue os funcionários da autarquia no seu todo como pessoas desonestas ou incompetentes, degradando assim a sua imagem perante a população como alguns querem fazer entender, dado que estes sempre têm demonstrado empenhamento e dedicação no cumprimento das suas obrigações profissionais para o bom funcionamento da autarquia através dos bons e reconhecidos serviços que têm prestado à comunidade nas mais diversas tarefas. A CDU estranha que no limiar do Século XXI a administração do Partido Socialista seja de tal forma patologicamente desorganizada que permita que tais situações aconteçam, o que não significa que não se processe um controle justo e equilibrado da gestão e do funcionamento organizado da autarquia. Efectivamente, por muito que recuemos no tempo, não há memória de uma conjuntura similar. Merece-nos ainda um comentário, o patético comunicado recentemente difundido pelo PS que se vangloria, de forma triunfalista, de que foi desactivada a “campanha” em curso para denegrir a imagem da Câmara e do seu Presidente. Pergunta-se: foi desactivada por quem? Pelos Tribunais? Pelo Ministério Público? Pela Policia Judiciária? Ou apenas, pelo senhor Presidente da Câmara? O comunicada do PS, revelando uma evidente e reprovável antecipação aos institutos e mecanismos legais que devem dirimir a questão, entra numa alucinante vaga de acusações que mais não servem senão para escamotear demagogicamente a questão nevrálgica do problema. Quanto à expressa referência à “CDU de

Branca Carvalho”, quero pedir à minha camarada que quando colocar OPV,s na Bolsa de Valores não se esqueça de me considerar candidato à aquisição de algumas acções. E agora, mais a sério, certamente que o redactor do comunicado estava, concerteza a olhar-se ao espelho do Partido Socialista que tão vergonhosa e descaradamente tem vindo numa onda privatizadora a entregar empresas públicas do Estado, altamente rentáveis como é exemplo a EDP e da Telecom, ao capital privado, privilegiando os barões mais ricos da economia nacional, fazendo com que os ricos sejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Torna-se obvio que o Senhor Presidente tem desenvolvido um grande esforço no sentido de coligar e meter no mesmo saco a CDU e o PSD. A CDU distancia-se do protagonismo dos condenáveis jogos políticos eleitorais que tanto o PS como o PSD tem vindo a exhibir e a desenvolver a pretexto deste problema com vista a atingir o poder a qualquer preço. Ao invés, a CDU, ao longo de todo este processo tem pautado a sua actuação através de uma atitude responsável e de serena sobriedade. Lamentamos e rejeitamos em absoluto as despudoradas tentativas que quer de forma encapotada, quer de forma mais visível, nos tem sido imputadas quer pelo Presidente da Câmara, quer pelo PS, de caluniadores. Separando as águas, impõe-se perguntar: Foi a CDU que falou de corrupção? Foi a CDU que falou de desonestidade? Foi a CDU que falou de incompetência? Foi a CDU que falou de gestão danosa? Foi a CDU que interpôs processos crime? V. Exa. bem sabe que não. Por isso, Senhor Presidente, chega de tanta demagogia. A CDU nunca nas suas intervenções colocou em causa a honorabilidade, quer do Senhor Presidente da Câmara, quer do Senhor Vereador Manuel Ribeiro. O que a CDU considera neste processo é que existem flagrantes sinais de má gestão dos negócios municipais e que não há ninguém que possa estar imune ao direito à critica, prática, que como já sublinhamos, é um direito democrático que nos assiste. Como diz o povo na sua sabedoria popular, “quem não deve, não teme”. Por isso, declaramos solenemente que exigimos com toda a transparência, o apuramento

total e definitivo da verdade dos factos, até às últimas consequências. Em nome dos eleitores que nos elegeram, temos o direito e o dever de o fazer. Confiamos plenamente nos Tribunais, a quem o caso está entregue, na certeza de que farão justiça imparcial e apontem os responsáveis, para que os vianenses finalmente possam tirar as suas ilacções. Tenho dito. Muito obrigado. 20.Junho.1997. (a) João José Vieira.”, José Carlos Coelho Resende da Silva, César Augusto Lima Mendes Vaz de Brito. Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos acerca deste assunto, tendo o mesmo dito o seguinte:- Queria começar por responder a quem fez perguntas, porque, o resto, tudo fez afirmações. O César Brito fez perguntas e eu vou-lhe responder a todas. Quanto às lajetas, é prática, não ... foram fabricadas na própria obra, eu estou a falar segundo informações que tenho da equipa técnica da Câmara é responsável, representa o dono da obra, e, portanto acompanhou tudo isto, é normal, as lajetas foram feitas, o arquitecto não tinha decidido, até à data da suspensão como era a forma de aplicação, foi suspensa a obra, as lajetas ficaram lá, começaram a ser partidas e roubadas e o empreiteiro levou-as para guardar e tem de as pôr lá quando começar a obra, estão à ordem da Câmara ... não é preciso haver deliberação ... ele tem de as pôr lá, houve um acordo entre os técnicos e a fiscalização, ele tem de as pôr lá. Essas a gente vê que não estão lá. Quanto às compensações das paredes. Não estão todas em nu, não estão todas acabadas, havia obras que não estavam facturadas, porque não estavam ainda, medidas na altura do fim da empreitada, a fiscalização, o dono da obra e a construtora e o projectista, chegam a um consenso sobre a facturação que deve ser apresentada, corresponder ao montante da obra executada. Esta é uma obra por preço global, quer dizer que, no fim da obra é que se fazem estes acertos parcelares. No fim da obra todas as paredes têm que estar com os revestimentos previstos, todos os pavimentos têm de estar com os revestimentos previstos, todas as telas têm de ser feitas, de qualquer maneira, isto é verificado tudo no fim da

obra. Isto é um acto de fiscalização transitório. Mas isso são critérios , houve unanimidade do lado dos onze técnicos de que isso era uma prática habitual e no final da obra ver-se-ia se estava tudo executado ou não. Aquilo é um auto transitório. Quanto à acta de fiscalização da empreitada, é um documento simples, é uma acta simples, porque se baseia em facturas da fiscalização e em autos de medição. Há facturas da fiscalização, há autos de medição, e há facturas de obra, concretamente havia nesta data, quando o Vereador Ribeiro assinou, havia acta da fiscalização da empreitada, havia facturas da fiscalização que era sobre uma percentagem do total , havia auto de medição e factura do construtor, estavam reunidos todos os dados. Quanto ao facto de haver eventualmente pouco cuidado administrativo, isto era uma factura que estava arquivada há dois anos, esta factura estava arquivada há dois anos, ao cuidado desta Repartição, não vão pedir ao Presidente da Câmara que leve as facturas todas para casa para ninguém as poder emendar, depois de estarem arquivadas. Esta factura estava arquivada. Não se pode esconder tudo ou ter um cofre gigante onde não se podem alterar as coisas posteriormente. O Vereador assinou em branco, não está escrito em nenhum lado que na própria factura deve constar qualquer informação, tem de haver é um documento de apoio, neste caso há a acta da fiscalização e a factura da fiscalização que autenticavam aquele auto de medição e aquela factura de obra. Quando não há fiscalização exterior não há factura da fiscalização, a fiscalização é feita pelo técnico da Câmara que autentica na própria factura. Aqui havia uma fiscalização exterior que apresentava uma factura própria que era a autenticação daquela factura... Vem anexa não... sabe quando vem para assinar, vem tudo junto, naturalmente. Penso, portanto, que quanto à investigação privada que se fez, o que eu devo dizer, que, ser acusado durante seis meses de suspeita, as pessoas suspeitavam, telefonavam-me para casa e perguntavam à minha mulher e aos meus filhos como é isto, onde estão os cinquenta mil, muitas vezes diz-se isso na brincadeira,

mas quando se mancha uma toalha, por mais que se lave, depois é difícil ela ficar nova. É natural que a gente fizesse todas as diligências para lavar a nossa honra, e uma das diligências que fizemos foi ir ver a facturação toda e na facturação notava-se que só havia aquilo escrito em doze facturas, não havia nas vinte e tal facturas do complexo, tivemos a sorte de, em quatro delas haver sobreposição, haver cruzamento dos escritos, começamos a pegar na lupa e começou-nos a parecer que, de facto, aquilo era posterior, não foi preciso mostrar as fotografias à funcionária, ela confessou imediatamente que tinha escrito depois, sabendo que havia factura da fiscalização, já tendo ela própria processado uma ordem de pagamento e tendo a Tesouraria já pago, isto foi confessado por ela a mim, ao Dr. Neiva Marques e a várias pessoas e sendo esta factura e esta falsificação da factura o "primumóveis" do processo, se bem se lembram, foi isto que foi posto em causa aqui, não queriam que disto fosse dado publicidade depois de andarmos seis meses na boca do mundo? Creio que já lhe respondi a todas as suas perguntas, agora gostaria de fazer algumas considerações sobre as outras insinuações das outras pessoas que serão muito curtas. Sobre o trânsito dos documentos, os tais documentos que faltavam, no dia treze de Janeiro de noventa e sete, chegou à minha mão um ofício do senhor Presidente da Mesa pedindo dez documentos, no mesmo dia, despachei para o Director do Departamento Administrativo e Financeiro e Director do Departamento de Obras, despachei para, imediatamente disponibilizarem todos os documentos, dia treze do um, data em que chegou o ofício à minha mão, os documentos foram entregues à D^a Gina ali presente que estava no Serviço de Actas, em duas caixas, o volume é exactamente igual, as caixas são exactamente iguais às que foram entregues, outro dia no Ministério Público, tive o cuidado de as mostrar à D^a Gina... era uma caixa igual a esta a que lhe deixamos aqui? E ela confirmou foram entregues na Secção de Actas e o senhor Viana da Rocha tomou conhecimento das caixas, não as abriu e disse que viria

passado meia hora, salvo erro, às seis horas, viria reunir com o Grupo de Peritagem, no dia seguinte... ao que consta reuniu com o Grupo de Peritagem, no dia seguinte, os documentos não estavam na Secção de Actas. Tanto quanto sei, nenhum dos membros da Comissão, pelo menos em reunião de Comissão, consultou esses documentos. Se isto não é verdade, desmintam-me. Nenhum dos membros da Comissão consultou esses documentos, a única pessoa da Comissão que viu os documentos foi o senhor Viana da Rocha, juntamente com o Grupo de Peritagem....

(mudança de cassette) ... Eng. Tiago e Dr. Neiva Marques se tinham mandado todos os documentos que eu tinha feito, falei com a D^a Gina a saber se tinha recebido e se tinha entregue ao senhor Viana da Rocha, esta história ao que me contei ... fiz um inquérito interno, não fiz um inquérito de escrever, perguntei às pessoas, ...você mandou?... concretamente aos Directores de Departamento, até lhes pedi por escrito, perante tanta insistência. Escrevi ao senhor Viana da Rocha, se quer os documentos autenticados e numerados e se tem falta, mande-me os que tem aí para não estarmos a copiar tudo outra vez, que a gente autentica e vê os que faltam, se é que faltam. Até hoje... até hoje os documentos não foram devolvidos. Eu não quero fazer processos de intenção, mas se nenhum dos membros da Comissão viu os documentos que o Director do Departamento Administrativo e Financeiro e o Director do Departamento de Obras enviaram para lá, quem é que tem os documentos? Quem é que desviou os documentos? O que é que me faz duvidar da palavra do Director do Departamento Administrativo e Financeiro e do Director do Departamento de Obras? Nem fui eu que os nomeei para estes cargos, estavam nomeados, eu só os renomeei, são pessoas da minha confiança e foram renomeados. Quem mexeu nos documentos foi o senhor Viana da Rocha. Algum dos outros membros da Comissão tocou nos documentos? Alguém os viu? Porque é que não me devolveram os documentos para eles verem os que faltavam, autenticá-los e entregá-los aos membros do Grupo de Peritagem? Esta questão

põe-se. É preciso que isto fique muito claro. E não gostaria de deixar de referir uma coisa, o senhor Viana da Rocha, no exercício do seu direito de deputado municipal fez a denúncia, em 20 de Dezembro, mas depois foi sendo denunciante, quis presidir à Comissão que ia investigar a denúncia que ele próprio tinha feito, depois no âmbito dessa Comissão, foi ele que foi encarregado de falar com o Grupo de Peritagem, alguma vez os membros da Comissão reuniram com o Grupo de Peritagem? Respondam-me, por favor. Alguma vez reuniram? Nenhuma vez reuniram. Como Comissão alguma vez reuniram? Não. Foi o senhor Viana da Rocha que deu sempre as instruções ao Grupo de Peritagem, e foi também o senhor Viana da Rocha que, sem autorização, nem deliberação da Comissão, nem da Assembleia que se prontificou ou que tomou a decisão, que pediu o Relatório Preliminar, ninguém decidiu pedir um Relatório Preliminar, o que se queria era um relatório, pediu um Relatório Preliminar, porque, dali a três dias havia uma Assembleia Municipal onde era preciso dizer alguma coisa. Denunciar alguma coisa concluir o projecto de descredibilização da Câmara de difamação do Presidente e do Vereador. Foi o senhor Viana da Rocha que fez isso. Pediu ele próprio o Relatório Preliminar, reunindo ele próprio com o Grupo de Peritagem, fazendo um ofício ele próprio, de mote próprio, sem deliberação de ninguém. Mas não pediu um relatório preliminar que avaliasse a obra e os autos todos, pediu especificamente do auto quatro, cinco, sete, nove e dez, não pediu do seis, não pediu do um, e esse um merecerá, se calhar, alguma atenção, e o dois e o três. Porque é que não pediu dos autos todos? Porque não pediu uma avaliação da obra? Porque é que não pediu que fosse avaliado o que estava feito e pago, o que estava feito e não pago e o que estava pago e não feito? Porque é que não se fez uma avaliação global, para não haver esta confusão? Faz-se uma avaliação global, a obra que está feita é de duzentos mil contos, paga-se duzentos mil contos, a obra que está feita é de cento e oitenta mil contos e paga-se cento e oitenta, era assim que um

grupo de peritagem, devia informar, sabendo principalmente o Grupo de Peritagem que isto era uma coisa pública, em que estavam em causa a idoneidade de duas pessoas, de dois políticos, de técnicos da Câmara respeitados, com muitos anos de profissão, de duas empresas e de uma equipa de projectistas, ninguém, nem o Grupo de Peritagem, nem a Comissão da Assembleia pode ignorar as repercussões públicas sobre a idoneidade das empresas e sobre a credibilidade e dignidade das pessoas, ninguém pode ignorar isto, se queriam exclusivamente saber a verdade, se queriam exclusivamente saber a verdade, faziam uma investigação em silêncio, investigavam e depois mandavam para os tribunais. Porque é que eles mandaram só com simples suspeitas? Porque não foram verificar ao local se aquele Relatório Preliminar correspondia minimamente, grosseiramente à verdade? É que tanto quanto as informações que temos e, aí passo à fase seguinte, quantas as informações que temos, não há nenhuma anormalidade na obra do Complexo Desportivo, nem há suspeitas de que se tenha pago mais do que a obra que está feita. Isto é o que me diz um grupo de técnicos da Câmara constituído por dois Chefes de Divisão e o Director de Departamento, é o que me diz o projectista, a equipa de projectistas, que são três, é o que me diz a empresa de fiscalização, e uma empresa de fiscalização é uma empresa de fiscalização, que tem responsabilidades e que se não fiscalizar, perde a sua actividade, isto não são coisas que se possam, de ânimo leve divulgar assim para público, não se pode fazer um Relatório Preliminar sem ser correcto, preciso, cuidado, porque se põe em causa toda esta gente. O Grupo de Peritagem actuou assim, a Comissão actuou assim, a Comissão tentou que o Grupo fosse isento? Porque é que não deixaram ,que fossem... porque é que não anunciaram que havia a intenção de fazer esse Grupo para que todos os membros se pudessem pronunciar sobre suspeitas, sobre ligações políticas, sobre qualquer característica de cada um dos membros para, eventualmente propôr a sua rejeição e aditamento de outros? E voltamos agora ao problema que

foi discutido antes do período antes da Ordem do Dia. O senhor Eng^o Marinho tinha um passado atribulado antes de vir para a Câmara de Viana do Castelo. Não quero aqui referir. Não se passou comigo. Foi por mim nomeado ainda há poucos meses Chefe da Divisão de Vias e Transportes, tive um relacionamento sempre correcto com ele, durante três anos e meio, renomeei-o pouco tempo antes destes acontecimentos, sei que ele foi aconselhado por quem era amigo dele... por quem era amigo dele, a não se meter nisto, porque era evidente para toda a gente que isto era um processo político, ninguém estava preocupado ...ninguém estava preocupado, meu amigo João José (que já não está aqui)... ninguém estava preocupado sobre a execução física e financeira do Complexo. A preocupação que havia era, de facto pôr em causa a credibilidade da Câmara Municipal. Quem estava muito contente com o funcionamento desta Comissão era a própria Câmara Municipal. Imagine-se que era verdade que, de facto tínhamos pago mais cinquenta mil contos, conseguíamos fazer mais cinquenta mil contos de obra. Nós tínhamos todo o interesse. Não tínhamos qualquer responsabilidade, nem os técnicos da Câmara, nem os políticos têm qualquer responsabilidade. Se houvesse alguma coisa e isso vai ser investigado pelo Conselho Superior de Obras Públicas, pelo Tribunal de Contas, pelo IGAT, pela IGF, se houver alguma responsabilidade será da empresa de fiscalização, nunca pode estar em causa, nem os políticos, nem os técnicos da Câmara, é por isso que eu recuso quando nos acusam aqui de sermos parte, nem os técnicos da Câmara, nem os políticos são parte neste processo. Estamos acima disto. A discussão é entre a empresa de fiscalização e o Grupo de Peritagem . Tomara-mos nós (entre aspas) que fosse verdade, eram cinquenta mil contos que havia disponíveis para continuar a obra. Acho que, portanto, não se pode ser tão tolerante, nem com quem falsifica as facturas, nem com quem faz declarações falsas, e foi isso que a Câmara fez, não fui eu que fiz, foi o executivo que votou maioritariamente os processos disciplinares e a suspensão destes funcionários. Os

processos disciplinares vão ser executados com o maior rigor, os incriminados, os arguidos (não sei como se diz), vão ter oportunidade de se defender, de apresentarem todas as testemunhas que quiserem, garanto que, como em tudo, vai haver isenção. Quanto à insinuação... são as tais insinuações ...não fazem afirmações... só insinuam! Quanto à insinuação de que foi chamada uma funcionária da Câmara ... do Hospital para fazer o inquérito. A funcionária em causa, é Chefe da Repartição Financeira da Câmara - a arguida - a acusada - a funcionária que foi chamada para ser instrutora do processo, é Chefe da Repartição Financeira do Hospital, parece-me que não há pessoa mais adequada, na Câmara não havia mais nenhum Chefe de Repartição superior, com antiguidade, superior à D^a. Fátima e a pessoa mais indicada é uma pessoa da mesma área, que compreende perfeitamente e que está habituada a fazer processos disciplinares e vai fazê-lo, concerteza, com toda a isenção. Será que essa insinuação era também para dizer que eu trouxe uma pessoa do Hospital para incriminar a D^o: Fátima? De quem eu nunca suspeitei e com quem tive sempre ótimas relações pessoais e profissionais, tanto que durante seis meses duvidamos de nós próprios em vez de duvidar dela. Nós duvidávamos de nós próprios, o Ribeiro dizia-me, fui eu que não vi aquela informação, nunca duvidamos da senhora, por isso nos surpreendemos que ela tenha feito aquilo. Podem estar certos que a Câmara Municipal é a primeira a estar interessada em esclarecer isto cabalmente, não podiam era esperar que estivéssemos sob suspeição durante dois... três... quatro anos, o que fosse necessário para esclarecer isto e não tomássemos as medidas todas para tentar salvaguardar a nossa honra e a nossa dignidade. Foi isso que fizemos, chamamos a Polícia Judiciária, comunicamos ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, mandamos toda a documentação, vamos ver quem é que tem razão. Esperemos com calma, como disseram há pouco... Esperemos com calma e confiadamente. mas agora, seis meses depois, já não podem passar por nós na Rua e dizer que

fomos nós que fizemos isto, pelo menos, conseguimos lançar a dúvida, ainda não lavamos a toalha, mas a toalha já está limpa , pelo menos a nossa consciência já está descansada, vamos esperar com calma. --- **PRESIDENTE DA MESA:-** Eu só queria prestar, depois desta intervenção do senhor Presidente da Câmara, dois esclarecimentos, ele lançou aqui a suspeição sobre o Presidente da Assembleia Municipal, a resposta que lhe tenho a dizer é que, eu próprio, fiz participação à Polícia Judiciária pela falta de documentos e isso mesmo está a ser investigado pela Polícia Judiciária, também de que ... só um momento... eu estava só a dar a qualidade de Presidente ... que foi aqui dito pelo senhor Presidente de que eu tinha presidido a tudo e que havia uma suspeição de falta de documentos. Queria dizer que comuniquei isto à Polícia Judiciária e que as entidades inspectivas investiguem e decidam. É isso que eu deixo, por conseguinte, aos membros da Assembleia. Mais nada. - - - - -

- - - Nos termos do número 4 do artigo 85º do Decreto-Lei número 100/84, de 29 de Março, foi deliberado, por unanimidade, aprovar desde já a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos. - - - - -

- - - Quando os trabalhos da reunião iam neste ponto, ausentaram-se alguns membros, passando a estar presentes apenas trinta e oito Membros, pelo que, por falta de quorum, o Presidente da Mesa, informou que iria proceder à interrupção dos trabalhos, tendo ficado decidido que a votação do presente assunto e a discussão e votação do ponto nº 5 da ordem de trabalhos seria integrado na ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal que terá lugar em Setembro próximo - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -